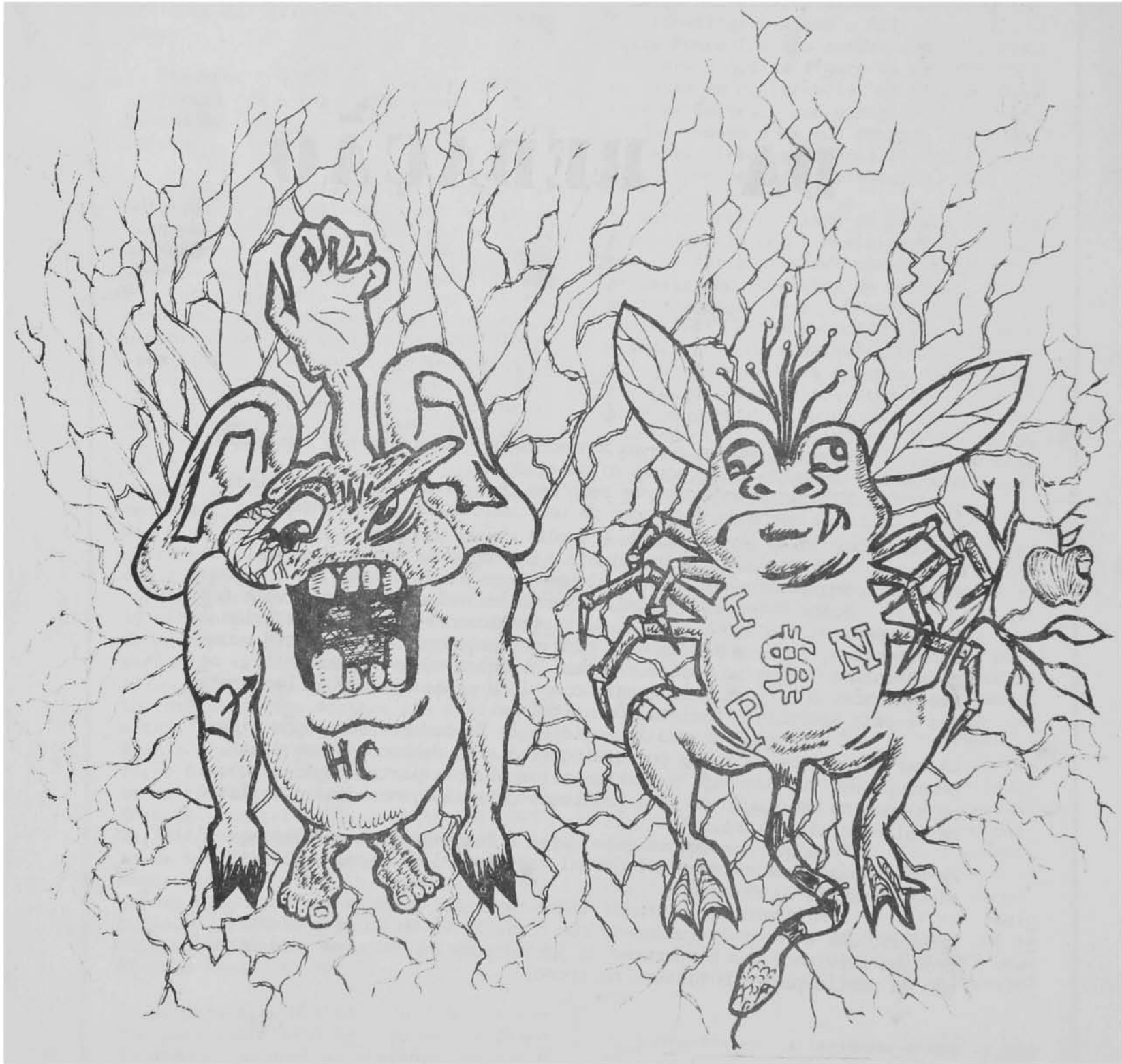


# o bisturi

CENTRO ACADÊMICO "OSWALDO CRUZ"

ANO 42

Nº 4



**É A SOLUÇÃO?**

# EDITORIAL

## DA REDAÇÃO

Este ano saíram apenas 4 números do Bisturi, o que sem dúvida representa um saldo muito aquém do desejado.

Além deste aspecto, as reuniões do jornal não foram periódicas e contaram com a participação de um número reduzido de pessoas, o que tem limitado a periodicidade e amplitude do jornal.

Para 78, achamos importante a formação de uma equipe ampla de redação, composta se possível de alunos de todas as classes.

Nossa intenção é fazer do jornal um veículo informativo e formativo para os alunos da escola. Neste sentido deverá conter matérias sobre ensino, sobre a situação de cada classe, como fazemos neste número na coluna "o que vai pelas classes", sobre movimento estudantil, sobre questões políticas mais gerais como luta pelas Liberdades Democráticas e pela Assembléia Nacional Constituinte.

É um jornal aberto à participação de todos e se propõe a publicar os artigos escritos por quaisquer alunos da escola; nas suas preocupações fundamentais encontram-se: ampliar a participação de todos os alunos na resolução de seus problemas de ensino, moradia, pesquisa e de falta de liberdades.

Para que ele cumpra este papel é fundamental a participação de maior número de colegas e o jornal ter periodicidade mensal e reuniões semanais da redação.

Finalizando, convocamos todos os alunos para as reuniões da redação, que serão às segundas-feiras às 12 horas na sala do Bisturi. A próxima atividade é a preparação do jornal para os calouros e elaboração da participação do Bisturi no trote.

# CONVÊNIO

# HC-INPS

## A - As razões do INPS para a implantação dos Convênios Hospital-Escola.

No Plano de Pronta Ação do INPS (1975) vemos de que forma o Instituto pretende dar assistência a seus segurados:

1. Serviços Próprios: pequena parcela comparada com o total. Não chega a 4% o número de internações em Hospitais próprios.

2. Serviços Contratados: é a compra de serviços na área privada, que tem provocado as maiores distorções da História da Medicina. O INPS reconheceu oficialmente que em 76 deve ter ocorrido 600 mil internações desnecessárias, ou seja, dinheiro posto fora mesmo. A forma de pagamento é por Unidade de Serviço (US). Cada tipo de tratamento tem seu preço tabelado, gerando uma corrupção incontrolada, pois permite aos médicos escolherem uma terapêutica que o INPS lhes pague mais, nem sempre a melhor para o paciente. Como exemplo nós temos o acelerado aumento do número de cesáreas em detrimento dos partos normais.

Nos EEUU, donde copiamos essa forma de assistência médica, em 73 foram realizadas 2 milhões e 300 mil intervenções cirúrgicas desnecessárias com um total de 19 mil óbitos, sendo a taxa de mortalidade de pós-operatória de 0,84%. Poderíamos perguntar se essa taxa de mortalidade, aliás excelente, não seria excelente justamente porque os doentes não estavam doentes, eles foram apenas operados. E é esse o grande argumento usado pela Federação Brasileira de Hospitais quando pretende comparar a taxa de mortalidade nos Hospitais contratados como os do INPS. Verificou-se que na rede contratada a taxa de mortalidade é menor, e tem de ser menor com 600 mil internações desnecessárias, pois quando se opera um sujeito sadio, o risco agressivo da cirurgia e anestesia é muito menor do que em um indivíduo realmente doente.

3. Cooperativas Médicas: médicos se reúnem para instalar o Serviço de atendimento através do qual se pretende evitar o assalariamento médico e garantir a livre escolha do paciente. É um sistema interessante mas que no esquema do INPS se fundamenta no pagamento por Unidade de Serviço.

4. Convênios entre empresas em geral e empresas de assistência médica, empresas privadas que assumem a assistência de saúde dos empregados de uma fábrica. É a chamada Medicina de Grupo da qual a SAN CIL constitui o exemplo mais específico. Esses convênios são combatidos pela Ass Méd. Bras que na figura de seu Presidente disse em conferência na Escola Superior de Guerra, que nessa área existem os que roubam e os que mentem. Do lucro que eles tiram nesta área investem em outras, como pecuária, mineração, etc.

5. Outro item do Plano de Pronta Ação é a preocupação com a Medicina Preventiva, como se fosse possível compatibilizar a privatização, medicina de mercado, com a medicina preventiva. É absolutamente incompatível, entre outros motivos, porque o empresário da área Medicina, o indivíduo que está na área privada para produzir lucro financeiro, tem por matéria prima o doente, e nunca ouvimos falar de uma indústria que quisesse trabalhar para diminuir a sua matéria prima. Há absoluta incompatibilidade da privatização com a medicina preventiva.

6. Atendimento de Emergência: o Plano estabelece que só os Hospitais Próprios do INPS poderiam atender às emergências em qualquer caso que aparecesse, mesmo que não fosse segurado. O que acabou por ocorrer foi que surgiram, em todo o país situações registradas nos jornais, de casos de doentes que ou morriam ou eram colocados nas portas dos Hospitais de tal maneira que o Ministério da Previdência Social foi obrigado a permitir que as Casas de Saúde particulares também atendessem os não segurados em caso de emergência. Passou-se então a rotular como emergência o atendimento aos não segurados. No Norte do Paraná chegou a ocorrer o seguinte: pegaram um pobre homem do campo, rotularam como emergência, fizeram angiografia e implantação de uma ponte de safena e mandaram a conta para o INPS que foi obrigado a pagar Cr\$ 104 mil cruzeiros.

7. Sobre-Preço: o segurado chega a uma Casa de Saúde e lhe dão uma instalação separada no lugar de enfermarias gerais. Para ter essa regalia a Casa de Saúde e o médico assistente cobram um sobre-preço que teoricamente não pode ultrapassar 100% do que é pago pelo INPS. Conclusão,

as Casa de Saúde estão se organizando para ter sempre instalações especiais e sempre falta de enfermarias gerais.

8. Convênios com Serviços Sociais de Saúde: Convênio INPS-Secretaria da Saúde. Uma das poucas medidas capazes de ampliar a rede de serviços públicos de Saúde, uma vez que implica o uso de recursos ociosos das Secretarias para aumentar o volume de assistência. Resta saber se este esquema poderá vingar frente aos interesses do setor privado.

Como vemos até então nada se falava sobre Hospital-Escola.

Por sua vez apesar destes incentivos para a vinda de capital para a estrutura de atenção médica em detrimento da ampliação de seus serviços próprios, o INPS continua carente de novos leitos hospitalares para o atendimento da demanda, claramente superior à sua capacidade.

Dentro deste quadro, os Hospitais Universitários vêm à tona como elementos possíveis de produzir serviços para abrandar a crise emergente, além de que tais serviços são de reconhecida qualidade superior se comparada aos Hospitais da rede privada.

#### B - As razões do Ministério da Educação e Cultura para a implantação dos Convênios INPS-Hospital-Escola.

As verbas do MEC vêm diminuindo relativamente ao orçamento da união de ano para ano:

64 - 9,74%	69 - 8,69%	74 - 4,95%
65 - 11,07%	70 - 7,32%	75 - 5,40%
66 - 9,70%	71 - 6,78%	76 - 4,66%
67 - 8,71%	72 - 5,62%	77 - 5,30%
68 - 7,74%	73 - 5,21%	78 - 4,17%

Por sua vez o número de Faculdades federais de Medicina aumentaram. O curso de Medicina é dos cursos mais caros que existem, e necessitam de um Hospital-Escola como campo de aprendizagem aos alunos.

A falta de verbas para a construção e manutenção de Hospitais-Escola levou o Ministério a recorrer ao INPS

Em setembro de 75 foi feito um convênio entre o MEC e o INPS de tal forma que os Hospitais-Escola não fossem tratados em igualdade de condições com a Casa de Saúde produtora de lucro. Assim, em vez

de subsidiar o Hospital por Km de esparadrapo, número de medicamentos e de exames, como é subsidiada a empresa de Saúde, foi feito um cálculo do gasto médio do doente na ocasião da alta, sendo o pagamento feito por alta hospitalar e não por unidade de serviço. Assim há um preço para internação cirúrgica, internação clínica e consulta ambulatorial, independente do que venha a ser feito com o paciente nestas internações e consultas. Há absoluta liberdade de tempo de internação por parte do INPS. É uma situação ideal desde que o pagamento das altas supram as necessidades do Hospital

É esta modalidade que norteou o Convênio entre o HC-INPS, com exceção das Unidades de Psiquiatria e Pronto Socorro

#### C - As razões do Hospital das Clínicas.

O HC, teoricamente, não deveria atender segurados do INPS. O critério de internação depende do Serviço Social, que através de entrevistas procurava afastar os segurados, do corpo clínico que através de uma guia de "interesse científico" pode obter a matrícula de qualquer paciente, seja segurado ou não e da Superintendência através do "interesse administrativo", por onde os políticos do poder se utilizam da estrutura do HC para o seu uso.

Sabe-se que encontra-se entre os pacientes uma média de 40 a 60% de segurados do INPS internados nas diversas clínicas

O convênio HC-INPS, veio simplesmente carrear recursos para o HC de um atendimento que já estava realizando, tanto que conforme o Serviço Social do HC, a proporção entre segurados e não segurados não mudou muito após a assinatura do convênio.

Para os não segurados o HC sempre teve um critério de classificação por rendimentos. Antigamente era por letra: A- isento; E-100% do tratamento; D- 50%, e assim por diante.

Em 77 resolveu-se instalar uma nova tabela, cuja classificação vai de 0 a 10, baseada em renda familiar e número de pessoas da família. De acordo com a classificação o indivíduo paga uma certa taxa para cada tipo de atendimento realizado no HC.

Esta tabela vem se mostrando ineficaz para as classificações intermediárias, pois o custo de vida está tão alto que a sobrecarga com os serviços de

saúde desestrutura o orçamento de uma família de classe média.

Os que defendem o convênio, argumentam que o INPS tem obrigação de carrear recursos ao HC por um serviço que ele já presta a esta instituição.

A abertura para novas instituições financiarem o HC, além do Estado, abre a possibilidade de transformar o HC numa empresa mista (entrevista com o Dr. Oscar César Leite - Jornal da Tarde, junho/77)

A principal atração desta idéia é a possibilidade de uma política própria de pessoal que permite sanar a falta e a evasão dos funcionários do HC devido aos irrisórios salários pagos pelo Estado.

O Hospital tem se adaptado a esta contínua falta de trabalhadores fechando enfermarias, diminuindo o número de leitos e diminuindo as exigências dos cursos que promove, que levou a uma queda na qualidade dos funcionários. Considerando que o HC tem 2.019 leitos (atualmente com uns 250 vazios) e 7.000 funcionários, e sendo a relação ideal funcionário/leito entre 4,5 e 5 conforme a OMS, faltam mais de 2.000 funcionários.

A superintendência após esta entrevista nunca mais voltou a falar sobre a Empresa Hospital das Clínicas S/A. Esta idéia a nosso ver, não solucionará os problemas do HC, pois como instituição universitária permanecerá deficitária e portanto dependente do Estado. Se procurar ser lucrativa, desvirtuará totalmente seu caráter de ensino e pesquisa.

Após a assinatura do convênio, vamos aos resultados: a receita média mensal do convênio HC-INPS tem sido por volta de Cr\$ 1.600.000,00, o que nos daria uma média anual de aproximadamente Cr\$ 20.000.000,00, que representa a irrisória quantia de 1,5% do orçamento do HC para 1978. Esta quantia dentro do convênio nos moldes tradicionais (pagamento por unidades de serviço) com as empresas privadas de saúde corresponderia ao faturamento de um hospital de 250 leitos.

Por isto que o Hospital São Paulo ("H.U." da Escola Paulista de Medicina) mantém forte resistência em abandonar seu convênio com o INPS "por unidade de serviço" em favor do convênio para o Hospital Universitário MEC-INPS

Além disto, o convênio INPS-MEC não leva em consideração a remuneração do trabalho médico. Os médicos, principalmente os residentes, recebem da Universidade e do HC, servindo ao INPS como uma mão de obra grátis. Já com as empresas privadas o INPS paga ao médico por Unidade de

Serviço que faz com que eles indiquem cirurgias desnecessárias para ganharem mais. Achamos que este sistema deve ser abolido, porém o INPS tem obrigação de pagar um salário aos médicos que dão assistência a seus segurados.

#### D - A nossa opinião.

Há absoluta incompatibilidade entre o exercício da medicina e a geração de lucros. O direito à assistência médica faz parte dos direitos universais do Homem, independente de sua renda individual. Os gastos com a saúde devem ser assumidos pelo conjunto da sociedade. O objetivo de uma assistência médica é eliminar a possibilidade do indivíduo ficar doente, principalmente através da prevenção primária, ou seja, saneamento, nutrição, vacinação, etc. Prevenção secundária através do atendimento ambulatorial e hospitalar e a Prevenção terciária no sentido de reabilitar para a produção os indivíduos que foram cerceados de uma vida normal por motivos de saúde.

Não há lugar para uma política de diminuição das doenças numa estrutura que lucra com sua existência.

O HC, inserido nesta estrutura, tem o papel de criar a mão de obra destas empresas de saúde desde o atendente até os especialistas nas diversas áreas

Não é um hospital comunitário, ou seja, não assume a responsabilidade de saúde dos habitantes de uma determinada área geográfica em todos os níveis, pois é aparelho formador para uma estrutura de atenção médica que visa os interesses dos empresários e não dos pacientes

Neste sentido, o convênio INPS-HC não modificará em nada o seu caráter. Na prática demonstrou ser uma ampliação dos serviços do INPS a um baixíssimo custo a seus cofres

Conclusão: A solução do HC virá quando ele deixar de ser um agente formador de infra-estrutura para as empresas de saúde e for uma instituição voltada sobretudo para a saúde da comunidade sob sua responsabilidade. Para isto faz-se necessário uma política governamental que viabilize este projeto, impossível num governo que defende os interesses das empresas privadas como demonstra a política adotada pelo INPS.

Sem uma proposta de alteração da política governamental, o convênio HC-INPS não conduzirá a coisa alguma, e sua existência ou não existência não modificará em nada a situação do HC

# X ENCONTRO CIENTÍFICO DE ESTUDANTES DE MEDICINA DO

Entre os dias 9 e 12 de novembro deste ano foi realizada em Belém a 1ª reunião de delegados para o próximo ECEM-78 que será realizado nesta capital. Estavam presentes 14 escolas médicas do Brasil, sendo que São Paulo esteve representado pela FMUSP e pela Fac. Bandeirante de Medicina (Bragança Paulista)

Feita a apresentação da Comissão Executiva do X ECEM, passou-se à apreciação dos planos para realização do Encontro em julho de 78. Assim, já foram iniciados os contatos com a reitoria da UFPA e parece certo que os alojamentos serão na Cidade Universitária desta Universidade, necessitando porém de algumas ampliações das instalações para receber um número aproximado de 2.500 estudantes de medicina de todo o Brasil. Os contatos com a Prefeitura de Belém, Governo do Pará e o MEC no sentido de angariar verbas para o Encontro já foram iniciados, sendo que para isto o MEC (que fornece a maior parte da verba) exigiu a apresentação do programa com todos os pontos a serem abordados no próximo ECEM.

Foi também apresentado pela Comissão Executiva do IX ECEM o balanço referente ao encontro em Florianópolis, de onde se reverte uma verba para o X ECEM.

A 2ª reunião de delegados do X ECEM será realizada na cidade de Vitória (ES), de acordo com a proposta apresentada pelos representantes deste Estado, nos dias 27, 28 e 29 de janeiro de 1978. A escolha levou em conta a posição do Estado que favoreceria a participação de mais escolas médicas e a data foi um pouco antecipada, relativamente aos anos anteriores, para facilitar o trabalho da Comissão Executiva do X ECEM. Esta deverá encontrar o programa oficial ao MEC até o final de fevereiro.

Nessa 2ª reunião serão discutidos os temas do próximo ECEM e, conforme proposta dos representantes do Rio de Janeiro, as Escolas deverão levar os seus temas com um relatório que justifique a proposição do mesmo e para que os outros representantes

B  
R  
A  
S  
I  
L  
-  
B  
E  
L  
E  
M

possam avalia-lo e discuti-lo durante a reunião. Podemos antecipar alguns temas, já propostos para discussão na próxima reunião: "Entidades de Classe Médica" (FMUSP), "Residência Médica" (RJ) e "O Homem da Amazônia" (PA)

Assim, vemos que existe uma grande disposição para a realização do X ECEM. Gostaríamos porém de ressaltar o caráter policialesco do MEC, que mais uma vez tenta impedir um encontro estudantil através da censura prévia dos pontos a serem discutidos, como condição para a liberação das verbas. Deste modo, devemos lutar para a realização do Encontro, pondo-nos à disposição da Comissão Executiva para os problemas que venham a enfrentar, procurando assim realizar o ECEM, que já mostrou sua importância para o nosso aprimoramento teórico e fundamentação de nossas reivindicações, como estudantes e futuros profissionais da saúde.

Assim, o próximo ECEM-78 se reveste de uma grande importância e ao nível da FMUSP gostaríamos de propor o seguinte:

- realização, durante o primeiro semestre de 78, de reuniões preparatórias de nossa delegação através de mesas redondas e grupos de discussões que abordem os temas a serem discutidos no próximo ECEM; bem como outros temas que se liguem direta ou indiretamente ao Encontro ou que sirvam para o aprimoramento do mesmo.

- tendo em vista a 2ª reunião de delegados (27, 28 e 29/01) a ser realizada em Vitória, onde serão aprovados os temas para o X ECEM, propomos reuniões periódicas durante as férias para a sugestão de temas e preparo de um relatório, sobre o mesmo, que sirva para o embasamento das discussões durante a reunião de delegados.

- que seja realizada durante a reunião de Vitória a última Reunião da Executiva Nacional da V SESAC, para a entrega dos cartazes e textos deste Encontro, bem como para a apresentação final das informações referentes à V SESAC-SÃO PAULO.

# 1º ano

Neste segundo semestre, foram ministrados os seguintes cursos para o 1º ano: fisiologia geral, farmacologia geral, microbiologia básica, imunologia básica, genética, anatomia geral e anatomia do aparelho locomotor. Todos os cursos tiveram 2 meses de duração, com exceção do curso de genética, que durou 4 meses, tendo, no entanto, somente uma aula por semana.

O curso de Farmacologia geral foi muito bem visto pelos alunos. Foi dado através de seminários e aulas práticas, sendo que a participação dos alunos foi boa. De uma maneira geral, os alunos acharam que, mesmo sendo um curso "auto-didático", a orientação foi boa, como também a estruturação das provas.

Já o curso de Fisiologia geral dividiu opiniões, apesar do esquema de aulas ser parecido com o de Farmacologia. O que aconteceu é que havia diferenças em relação aos professores, tanto nas aulas quanto na correção das provas. Assim, enquanto uma parte da turma gostou e se interessou pelo curso, outra parte nem frequentava as aulas.

Mais concordantes são as opiniões sobre Microbiologia e Imunologia Básicas: os cursos foram muito ruins. Em Microbiologia, destaca-se a parte de bacteriologia: as aulas teóricas foram muito ruins e o critério de avaliação deixou grandes dúvidas. Micologia e Virologia foram cursos bem planejados, apesar de que houve algumas falhas devidas à falta de didática de alguns professores.

Os problemas de Imunologia foram basicamente os seguintes: matéria muito extensa, com muita ênfase à parte técnica de experiências; falta de didática de vários professores. Além disso, houve indisposição dos professores e parte da turma. Podem ser lembradas também as ridículas filas para assinar a lista de frequência, que devia ser passada durante as aulas.

O curso de Anatomia do Aparelho Locomotor ao que parece, melhorou em relação ao curso dado no ano passado, porém aspectos importantes continuam falhos como a falta de peças para estudo, a sua má conservação, a falta de assistência dos professores durante as aulas práticas e aulas teóricas de curta duração que eram aparentemente improvisadas.

O curso de Genética foi o mais controverso em termos de opiniões dos alunos. Os professores são bons, porém a estrutura do curso é muito discutível. As aulas foram dadas seguindo a seqüência do livro "Genética Clínica". Havia uma aula teórica sobre uma determinada unidade do livro e depois um "estudo-prova" com consulta livre sobre a unidade. As opiniões

O

QUE

VAI

PELAS

CLASSES

ficaram muito divididas quanto à produtividade deste método. Muitos alunos acharam que rendeu muito em termos de aprendizagem e outros não.

Em termos de trabalho de classe no 1º ano, pouca coisa foi feita. Somente no 2º semestre surgiram algumas coisas concretas, porém sem muita sistematização. Quanto à organização do clube de classe, somente agora, bem no fim do ano, a sua necessidade ficou evidente e surgiu um grupo de pessoas disposto a trabalhar nesse sentido.

# 2º ano

O 2º ano (fundido) iniciou o segundo semestre com esperanças de ter algo melhor do que as decepções do primeiro. Afinal, os cursos agora seriam totalmente organizados pelo ICB, o que parecia ser uma melhora em relação às tragédias dos cursos de Hematologia e Dermatologia ministrados pelo Departamento de Clínica Médica da FMUSP no primeiro semestre.

Mas o que ocorreu foi que os professores responsáveis pelas diversas matérias (Histologia, Fisiologia, Farmacologia, Anatomia) não se preocuparam em se reunir e planejar os cursos em conjunto. Isso não impediu que, isoladamente, alguns cursos fossem considerados muito bons por grande parte dos alunos, como por exemplo, o de Fisiologia da Circulação, no qual a maioria teve ótimo aproveitamento.

A falta de organização, porém, foi tanta, que chegamos a absurdos do tipo ter uma semana de "férias" em pleno mês de setembro, porque um dos professores que estava na Europa havia sido avisado que o curso começaria mais tarde, a absurdos de ter os períodos de estudo de Fisiologia invadidos por aulas de Histologia, ou ainda a Anatomia do Sistema Digestivo sincronizada com a Histologia das Glândulas Endócrinas e a Fisiologia dos Pulmões. O Departamento de Anatomia não conseguiu realizar nem um curso satisfatório, seja por falta de docentes, por falta de materiais, falta de coordenação e orientação, má instalação e ainda por estrelismos de alguns professores.

Esses fatos mostram a necessidade dos professores responsáveis pelos cursos de um determinado semestre juntamente com os alunos se reunirem previamente e descobrirem a melhor solução para os problemas de tempo, seqüência de cursos, matéria, etc. O atual 1º ano tem boas chances de conseguir um curso satisfatório para 78, já que ao menos até 79 estarão livres das influências da mentalidade mais conservadora e menos acessível desta Faculdade; mas deverão ver com os professores responsáveis para que as referidas falhas não se repitam, uma vez que uma das qualidades dos professores do ICB é que eles próprios incentivam o debate de avaliação dos cursos.

A nossa preocupação com o currículo que nos é dado justifica as constantes críticas, pois concordamos que, se estamos num curso regular programado (não se entenda "planejado"), devemos pensar numa estrutura tal de curso, que não só nos torne informados, mas integrados com ele, de modo que o aprendizado se faça da maneira mais eficiente possível. Para que isto aconteça, é necessário que se tenha uma filosofia bem definida de ensino, aliada à filosofia de formação médica, a qual não comentaremos por já estar divulgada entre nós qual seria a formação ideal. Isto não é possível, caso se continue a ignorar completamente (ou quase, mas os efeitos são igualmente prejudiciais) os progressos na área de pedagogia médica.

O que vemos na maioria dos cursos são especialistas convidados a fazer uma verdadeira palestra sobre determinado assunto. A maioria, se não a totalidade deles, não só não têm preparo didático suficiente para explicar algo para quem quer que seja, como também para discutir proveitosamente o que foram determinados a expor. Sendo esta uma constante no curso, não é necessário citar exemplos que a justifiquem.

Ainda, pior que isto, temos o curso de Medicina Legal que, além de apresentar todas as falhas acima (ou seja, falta de didática, aulas em que os assuntos não são distribuídos de acordo com sua necessidade pedagógica - uns em debates ou seminários, outros pela simples leitura de um trecho de livro - e excessiva imposição de conceitos sem um diálogo possível) e, quando este é levantado, as dúvidas são logo "sanadas" pelo professor prepotente), ainda peca por ser constituído somente por aulas teóricas, de uma hora e meia cada uma, sendo que há duas por tarde. Como se não bastasse esse fato, que sozinho torna qualquer curso prejudicado, ainda intercala-se nele aulas de pretensa "cultura médica" como a que nos foi dada pelo prof. Edmundo Vasconcelos, sobre a "Prática atual da Medicina", em que este apresentou conceitos dignos de uma aula que deveria ser denominada "O que o médico atual não deve pensar", conceitos estes que não foram, como de hábito, discutidos e nem apresentados como consequência de um raciocínio elaborado.

Outro fato digno de nota é o curso de Terapêutica Clínica insistir em manter em sua já reduzida carga horária (segundo o prof. Corbet) as aulas de Psicofarmacologia que, por incrível coincidência, são as mesmíssimas já apresentadas no 2º semestre de nosso 2º ano sob denominação idêntica (no curso de Farmacologia). Ora, se o professor diz que não há tempo para

# 3<sup>o</sup>

# T R A D

se abordar certos temas por falta de carga horária, não vejo razão alguma para se repetir o curso de Psicofarmacologia, que não acrescenta nenhum conceito novo aos mal apresentados, e portanto, mal aprendidos no ano anterior.

Por fim, percebemos que em nosso currículo teimam em aparecer matérias com o mesmo objetivo (ou semelhante) separadas no tempo e sob coordenação de professores diversos (para avaliação do prejuízo que este fato traz à aprendizagem, reporte-se à discussão sobre os cursos de Propedêutica Cirúrgica e Cirurgia II apresentados a nós no 1º semestre deste ano). Trata-se dos cursos de Medicina Psicossomática e Psicologia Médica que, além de seus objetivos distintos, respectivamente, aspectos psicológicos das moléstias somáticas e relação médico-paciente, pretendem abordar, cada um, aspectos da personalidade humana para atingir seus fins. É desnecessário dizer que o aprendizado seria mais proveitoso se as duas cargas horárias fossem unidas e coordenadas por um só professor.

Concluindo, sem ter tido a pretensão de analisar a fundo o nosso currículo do 3º ano, nem de fornecer as únicas soluções possíveis para suas falhas, queremos reafirmar a necessidade de reuniões periódicas com os organizadores de nossos cursos, de forma a requerer deles nada mais que é possível dar, ou seja, um ensino verdadeiro. Já vai longe o tempo em que se pensava que a Medicina (assim como o artesanato) era aprendida com o seguimento constante do mestre pelo seu discípulo até que, pela morte daquele este assumisse seu posto. Podemos, outrossim, afirmar que houve muitos progressos no campo educacional, e também no caso particular do Ensino Médico, que vieram demonstrar que uma Escola se afirma como tal, não pela formação de profissionais que somente por esforço próprio conseguiram aprender algo, mas pela programação, fornecimento de reforços e motivação por parte da Escola. Acreditamos também que se a sociedade instituiu a organização educacional, não o fez para servir de fonte estanque de conhecimentos para os que "gostam de aprender" (se é que há os que adoram estudar e os que sentem aversão ao saber), mas para devolver a essa sociedade a grande maioria dos que nela entraram para depois a servir de várias maneiras. Sem essa filosofia de trabalho, poderíamos considerar bibliotecas como escolas, pois lá entrariam os que gostam de aprender e sairiam sábios. Precisamos da participação de todos, inclusive de alunos e professores nos destinos do ensino, para mostrar que listas de presença, prova e expedição de certificados não são a função da escola.



Com o início do 1º ano formamos o Clube de Classe que, de alguma forma, servia como elo de integração dos alunos em vários níveis: jornal da classe, festas e discussões referentes ao curso que era ministrado.

Assim, no início do 1º semestre do 2º ano deparamo-nos com um Curso de Anatomia Geral onde constavam aulas teóricas sobre a matéria, após as quais eram jogados no laboratório com uma assistência didática mínima e ruim. A isso respondemos com a decisão de não realizar a prova final e ficamos sem essa avaliação final. Realizamos no dia desta prova uma reunião com os professores e assistentes e o titular da cadeira que confessaram a decadência do departamento e a incompatibilidade do mesmo por ser do ICB com a direção da FMUSP chegando inclusive a dizer que o corpo docente se sentia como "hóspede" na faculdade.

Com o início do ensino em blocos deparamo-nos no 2º semestre com uma grande desorganização do Bloco Córdio-Respiratório, principalmente na parte clínica, onde no HC os professores chegavam para os alunos do seu grupo e perguntavam: "de que ano vocês são?" culminando o problema com a falta de um clínico em uma Reunião anatomo-clínica. Neste mesmo dia a classe resolveu realizar uma reunião geral para a avaliação do curso, para a qual foram convidados os coordenadores do bloco e os diversos representantes (docentes) dos departamentos da FMUSP e ICB. Durante a mesma foram colocados, os já conhecidos problemas, aos alunos: falta de verbas, falta de materiais e professores, além de problemas como: desinteresse pelo ensino por parte de muitos professores e por parte da direção da Escola. Depois disso decidimos, em outra reunião, formar uma comissão de alunos com a função de entrar em contato com os coordenadores dos blocos que teríamos a seguir, para obter informações e procurar assim algumas melhorias, tais como: aumento da carga horária de determinadas disciplinas, efetivar a reunião geral de professores de cada departamento envolvido no bloco com o seu coordenador, para a elaboração do programa e distribuição entre eles das cargas horárias - por mais incrível que pareça isto não estava acontecendo.

Enfim, esta comissão procurava substituir o antigo CODCEM (Coordenação Didática do Curso Experimental de Medicina) que reunia os diversos coordenadores e professores e alunos dos 6 anos da faculdade. Configurava-se, a nossa comissão, como aquela da "boa vontade": leva e traz recados. O seu trabalho mostrou-se realmente improveitoso já que em sua primeira atuação, no Bloco do Aparelho Digestivo, encontrou-se um curso já totalmente abar-

borado sendo impossível a participação dos alunos. O funcionamento da comissão esbarrava com o autoritarismo da Universidade, além de depender do interesse e boa vontade dos coordenadores; acrescenta-se a isto o grande desinteresse por parte da maioria dos alunos frente a estes obstáculos, onde nossa atuação pouco efeito surtia.

A despeito disso, iniciamos o 3º ano com uma reunião com os coordenadores e professores do Bloco Gênit-Urinário. Neste, tendo em vista a boa vontade dos docentes, foi possível algumas melhorias no curso, possibilitando um aprendizado razoável.

Nada disto foi feito nos Blocos de Hematologia e Endocrinologia, e os erros já bastante conhecidos perpetuaram-se.

No início do 2º semestre foi feita uma reunião com os Coordenadores do Bloco de Medicina Tropical, reunião convocada pelos próprios professores. Apesar da boa vontade de alguns deles este encontro de nada nos valeu uma vez que recebemos como informação que o curso já estava pronto e as propostas levantadas por nós não foram colocadas em prática. O curso se desenvolveu com pouco aproveitamento nas disciplinas de Parasitologia Médica, Microbiologia Médica e Patologia.

Não pudemos dispor do Hospital Emílio Ribas, que normalmente era usado para as aulas práticas de clínica, e conseqüentemente, fomos também bastante prejudicados neste sentido.

Apesar das falhas mencionadas o curso, sob vários aspectos, apresentou um aproveitamento razoável.

No Curso de Medicina Preventiva foram abordados aspectos de Epidemiologia, Nutrição, Saúde Materno-Infantil, Saúde Mental e Planejamento em Saúde. Nestas Unidades os assuntos eram discutidos em pequenos grupos tendo como base textos, a respeito de aspectos a serem abordados. Julgamos essa forma de curso bastante apropriada, porém a sua execução depende de uma boa escolha dos textos, escolha esta que leve em conta a nossa formação (mínima no campo social). Pois caso contrário, como aconteceu em nosso curso, o desinteresse dos alunos torna-se flagrante, impedindo a sua participação e formação teórica em Medicina Preventiva, some-se a isto a inexistência de uma parte prática durante o curso.

Finalizando, podemos constatar que os problemas de nosso curso continuam os mesmos, senão piores, e que infelizmente vai diminuindo a disposição dos alunos em se unirem em torno de reivindicações comuns no sentido de aprimorar o nosso ensino. Neste sentido é que se coloca a importância de se tentar uma vez mais fazer funcionar o Clube de Classe, para podermos lutar por um ensino melhor.

3:

E

X

P

O Programa para o 4º ano Experimental era:

Iº semestre - Medicina Legal, Otorrinolaringologia, Oftalmologia, Med. Comunitária I, Clínica Médica I, Genética e Radiologia.

IIº semestre - Introdução a Cirurgia, Medicina Comunitária II, Clínica Médica II e Radiologia.

Dentre as matérias de maior carga horária tínhamos: Medicina Comunitária e Clínica Médica.

Até o ano passado o curso de Medicina Comunitária seguia o seguinte esquema: Pediatria e Clínica de Adultos (atendimento em Centro de Saúde e Seminários), Obstetrícia (aulas teóricas plantões em maternidades e discussões dos casos clínicos dos plantões) e Ginecologia (aulas teórico-práticas e ambulatórios no HC).

Em 1976 o convênio com o Centro de Saúde da Lapa, onde funcionava a pediatria e a clínica de adultos da Medicina Comunitária, foi desfeito, uma vez que seria assinado, ainda em 76, o convênio com o Centro de Saúde do Butantã cujo funcionamento seria planejado no sentido de atender às necessidades didáticas.

Como todos devem recordar, no 2º semestre de 76, surgiu na FMUSP uma proposta de reformulação do currículo que se caracterizava, entre outras coisas, pela extinção do Curso de Ciências Sociais e redução da carga horária de algumas matérias como: Medicina Preventiva e Medicina Comunitária! Coincidentemente a assinatura do convênio com a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, envolvendo o Centro de Saúde do Butantã, programado para até fins de 76 só ocorreu em abril de 77, atraso este decorrente das intervenções da diretoria da Faculdade e da Faculdade de Saúde Pública no sentido de boicotar a assinatura do convênio.

Como consequência deste atraso, e considerando que o prazo previsto para a instalação e início do funcionamento do Centro de Saúde era de mais ou menos 6 meses (material, funcionários e pacientes) o Centro de Saúde do Butantã só pode ser entregue aos alunos no 2º semestre.

Na tentativa de cumprir com a carga horária prevista para o 1º semestre, os cursos de Pediatria e Clínica de Adultos resumiram-se a cursos provisórios e eminentemente teóricos que devido a sua desvinculação com prática não satisfizeram nem aos docentes e muito menos aos alunos.

Quanto a Obstetrícia, tínhamos plantões mas não os tivemos. Os plantões que eram dados pelos alunos nas Maternidades do Tatuapé e posteriormente Vila Nova Cachoeirinha e HC, foram inexplicavelmente retirados por

iniciativa do Prof. NEME, da Obstetrícia, visto que a Prefeitura não tinha objeções em manter os plantões.

Quando se tentou manter os plantões no HC foi-nos dito que o mesmo estava sobrecarregado e que não havia lugar para 4º anistas, por outro lado quando se conseguiu, por iniciativa de alguns alunos, uma Maternidade que nos permitia dar plantões alegou-se falta de docentes para acessorar os alunos.

Na falta de explicações para tal situação algumas hipóteses foram formuladas: seria esta uma tentativa de nivelar por baixo o ensino dos 4º anistas (Tradicional e Experimental) para o internato fundido, visto que o curso de Obstetrícia do 4º ano Tradicional não consta de plantões? E/ou seria esta uma tentativa de semear descontentamento entre os alunos de forma a pressionar a tão almejada construção da Maternidade-feudo do Prof. NEME, no complexo HC.

Quanto a clínica médica, em 1976 foi modificada a estrutura do curso no sentido de retirar os seminários e introduzir provas (2 por semestre) que substituíssem os primeiros, sob a alegação de que os seminários em nada contribuíam para o aprendizado e que as provas "estimulariam" o aluno a estudar. Diante da recusa do atual 5º ano (4º ano Experimental - 76) em fazer as provas, que eram de peso 2, estas passaram a valer peso 4, e, apesar das tentativas dos alunos para que o assunto fosse debatido, a decisão foi mantida, sendo os critérios de avaliação variáveis e discutíveis.

Ainda relacionada à Clínica Médica, no tocante a sua parte prática, como consequência da estrutura do HC, ao invés da discussão e acompanhamento de pacientes com patologias mais frequentes, tivemos na verdade um curso prático baseado nas patologias raras que só não o são no Hospital das Clínicas.

Quanto aos demais cursos, na sua maioria rápidos, os principais problemas se ligavam a uma melhor estruturação dos mesmos e a uma melhor preparação dos docentes, muitas vezes escalados de improviso para nos ministrarem aulas.

Em relação aos alunos que no próximo ano irão cursar o 4º ano caberia frisar a importância da prática no Curso de Medicina Comunitária e em especial a necessidade de plantões no curso de Obstetrícia com a devida acessoria didática; o que não ocorreu conosco.

Em relação ao Centro de Saúde: ficam algumas sugestões quanto a sua organização:

- que o atendimento de Pediatria para os 4º anistas envolvessem principalmente a parte de puericultura (crianças de até 2 anos), cabendo aos 5º anistas o

## 4º E X P

atendimento dos demais até os 13 anos e que esta sugestão fosse aplicada desde março, possibilitando o acompanhamento da criança no decorrer do ano.

## 5º ANO

Em outubro passado, o CEPE, órgão que cuida das questões de ensino na USP, aprovou os novos currículos do internato, estabelecendo a impossibilidade de qualquer aluno cursar o 5º ou 6º ano com dependências, como é o caso do atual 5º ano.

Em função disto, fizemos várias solicitações à Direção de Escola para esclarecer se tal decisão teria efeito para os atuais 5ºs anos, uma vez que já iniciamos o internato sem tal disposição legal.

Conforme esclarecimentos prestados pela Diretoria da Faculdade, os alunos de 5º ano poderão cursar o 6º ano em 78, e os cursos de Medicina Legal e Introdução à Cirurgia serão oferecidos em julho do ano que vem no período de férias.

Assim sendo, trata-se de efetivarem estas medidas e nos matricularmos em janeiro nas referidas disciplinas.

Atualmente, precisamos organizar o estágio do 6º ano que consta das seguintes disciplinas obrigatórias: Neuro, MI, Dermato, Psiquiatria, PSC, PSM, PSCOT e SAC, 4 semanas cada e 4 estágios de 4 semanas opcionais.

Importante salientar que os 4 opcionais estão previstos para serem intercalados entre os obrigatórios, o que colocará alunos cursando os opcionais antes dos mesmos.



## 4º TRAD

O comportamento dos alunos do 4º tradicional é a melhor expressão da ruindade e falhas que permeiam nosso curso. Este quadro é formado por um bedel de atitudes peculiares, obrigando todos a permanecerem, contra a vontade, assistindo às péssimas e "magistrais" aulas teóricas. Os alunos fogem e se retiram das aulas tão logo o sono comece a abater a grande maioria à habilidade hipnótica de nossos mestres. Outros especializaram-se em conquistar lugares estratégicos pela sala durante as provas a fim de poderem se comunicar e verificar as anotações (cola!!!), de modo que suas provas sejam repletas de conhecimentos fracionados, abstratos, conseguidos às duras penas durante o próprio transcorrer da prova e ainda há outros que espremidos nas oito horas perdidas no HC e na FMUSP são obrigados a dispensar mais algumas horas noturnas a fim de se convencer que algo foi aprendido. Nossos professores que, confusos entre não saber onde buscar o melhor método de aprendizagem e subjulgados pelas diretrizes escolásticas dos Professores Titulares, procuram cumprir sua árdua tarefa pela simples transformação do conhecimento originado pela prática num conhecimento teórico-expositivo.

As provas, profundamente anticientíficas, são baseadas em fatos tão somente comprovados nos caríssimos livros de referência, mas nunca na prática levada "à beira do leito do paciente"

Todos estes fatos empobrecem nossa capacidade de aquisição de conhecimento médico, distorcendo a realidade em proveito de alguns e não da grande maioria.

As experiências válidas são desperdiçadas, a apatia é geral, o tempo perdido é grande, fazendo nos prever que a estrutura de ensino durante o internato repita e reforce estas falhas, comprovando cada vez mais a necessidade de uma transformação radical no ensino médico e na estrutura da Universidade.

## V SESAC

20 A 25 - 3 - 78

S. PAULO

Apesar do Exame de Suficiência, que tem consumido as preocupações e a paciência dos sexto-anistas, o último ano da faculdade tem um ponto positivo, que é justamente esse: é o último ano.

Mas existe também a formatura e esse é um momento que pode ser bem aproveitado para refletirmos sobre o significado da nossa profissão.

Formar uma turma de médicos não teria a menor importância se eles estivessem distantes dos verdadeiros problemas de saúde que a população enfrenta. Todos nós sabemos que os condicionantes da saúde têm sua base na maneira pela qual está organizada a sociedade (a distribuição da renda e do poder, etc.) e por isso sabemos também que o sucesso ou o fracasso na aplicação dos nossos conhecimentos depende daquele fator.

É da consciência da nossa limitação e da extensão da responsabilidade social que assumimos quando nos integramos definitivamente ao mercado de trabalho médico, que surge a importância do fato de mais alguns milhares de médicos estarem se formando no Brasil inteiro. Daí podemos extrair, igualmente, a relativa importância do ato da formatura, quando temos a oportunidade de defender publicamente, em conjunto, os princípios que acreditamos devam reger nossa prática, retirados da visão que temos das relações entre a saúde e a sociedade.

Assim, o sexto ano constituiu uma comissão de formatura, que apesar de ter sido eleita através de um processo restrito, do qual parti-

6º  
A  
N  
O

ciparam cerca de 40 pessoas somente, tem realizado as tarefas que cabem a ela.

Embora muitos colegas não estivessem dispostos a fazer qualquer tipo de comemoração oficial, em virtude de tudo o que passamos nestes 6 anos (o baixo nível de ensino, o autoritarismo da diretoria e da Congregação da FMUSP, a camelação no HC, a CASE, etc.), havia uma espécie de "pressão familiar" (os pais que sempre sonharam em ver seus filhos recebendo o diploma, etc.) que fez com que vários mudassem de ideia, de tal forma que quase todos os formandos participarão da solenidade, que vai se realizar no dia 2 de abril de 1978 às 20 horas no Anhembi.

Como Patrono foi escolhido o Prof. Isaias Raw, aposentado pelo AI-5 em 1969, juntamente com outros professores da FMUSP e de outras escolas. O Paraninfo será o Prof. Mário Shiroma, da MI.

O custo da formatura, por pessoa ficou em 1500 cruzeiros, fora o diploma que custou mais 520 cruzeiros. Aliás, o diploma teve que ser encomendado ao calígrafo indicado pela Secretaria da FMUSP. Mas essa não foi a única imposição: como a formatura é oficial, o diretor da faculdade tem direito a vetar os nomes escolhidos para patrono, paraninfo e homenageados, bem como o discurso dos alunos, que deve ser submetido a ele para ser censurado, o que mostra que na FMUSP a democracia também é relativa.

#### CRÍTICA AO MARASMO ou O MEDO DA REALIDADE

Fugir para a periferia

Das coisas, da vida.

Procurar o descompromisso da superficialidade

Ir em direção à casca dos objetos

Ficar na pele das pessoas

Para longe da contradição.

Buscar a harmonia do paraíso perdido

Que nunca se encontra

Porque nunca existiu

Mas não desistir nunca

Pois, do contrário

É encontrar-se com a realidade

Atrófiar todos os sentidos

Cego, surdo, mudo, anestésico

Lutar com todas as forças

Juntar toda a coragem

Para ter a covardia

De não chegar ao cume da questão

Para não se deixar envolver

Não sentir a contradição

Permanecer no irreal

Da unilateralidade

# CONSTITUINTE: DUAS OPINIÕES

A questão da eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte tem sido levantada como uma das formas de luta para a recondução da nação à normalidade democrática. Porém, esta não é a única forma, havendo mesmo opiniões que colocam a Constituinte como modo de se manter o atual regime. Portanto, publicamos duas posições divergentes, numa tentativa de enriquecer o debate em torno da questão.

## SIM

Muito se tem falado sobre o fato de vivermos hoje sob um regime anti-democrático. Além de constatar este fato, pudemos este ano, durante o decorrer das lutas que travamos, perceber que os mais diferentes setores sociais se manifestam hoje na defesa de suas liberdades políticas, reclamando e propondo soluções.

Em todo o debate que se criou sobre a "questão democrática", através do qual cada setor social coloca suas alternativas ao atual governo, é perceptível que a palavra "Democracia" não assume o mesmo significado para todos. Sinal inequívoco disto é que o termo vem sempre acompanhado de um adjetivo. Por exemplo, já há algum tempo setores do próprio governo começaram a veicular de várias formas o conceito de "Democracia Relativa", numa clara tentativa de propagandear um provável modelo de "institucionalização" do regime, fazendo algumas alterações superficiais e mantendo no essencial as restrições à livre organização dos trabalhadores e demais setores populares. Esta "democratização" viria ao encontro dos interesses daqueles que desejam criar formas um pouco superiores de participação para os setores do grande empresariado descontente devido à total hegemonia do grande capital financeiro internacional na conduta das decisões econômicas e políticas em nosso país. Poucas vezes tocamos na questão da participação popular, e quando o fazemos é no claro sentido de se utilizarem de uma ampla base de apoio para suas manobras.

Existem outros setores que, mesmo não apoiando as tentativas de "diálogo" e outras do gênero, não colocam com consequência uma proposta para a reorganização do Estado com a participação ativa dos que hoje estão marginalizados da vida política. Como exemplo deste tipo de atitude podemos citar setores importantes do MDB que procuram confundir a proposta de uma Assembléia Constituinte, livremente eleita, democrática e soberana com um Congresso composto pelos atuais partidos ou por mais alguns que fossem criados de cima para baixo e que elaborariam uma nova "Constituição". Dizem-se também favoráveis a uma democratização e pretendem, contraditoriamente, disputar as eleições de 15 de novembro de 78 com uma proposta pronta de Constituição a ser elaborada por uma comissão de especialistas com boa vontade para resolver os problemas pelos quais passa o país e, em particular, o povo trabalhador. Ora,

se uma Constituição Democrática pudesse ser elaborada por uma minoria de especialistas com boa vontade provavelmente já a teríamos, pois gente que diz ter boa vontade é o que não falta ao nível do governo e do Parlamento. Fazer esta proposta é desconhecer que todo processo político contém dentro de si objetivos contraditórios e que a vitória dos considerados justos pela maioria depende essencialmente da ampla mobilização, organização e elevação da consciência crítica desta mesma maioria para a elaboração e efetivação de seu projeto social, sendo que sem estes fatores é impossível vencer a disputa. Fica evidente que estas propostas intermediárias só fazem dividir a oposição e desviá-la do rumo a ser seguido se se quer realmente implantar no país uma ordem política que garanta a Democracia para as amplas massas populares.

Por outro lado, setores cada vez mais expressivos das camadas populares lutam pela elaboração de uma nova Constituição, sustentando que esta tarefa só poderá ser cumprida de forma efetiva e democrática por uma ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DEMOCRÁTICA, LIVREMENTE ELEITA e soberana em suas decisões. Sustentam que esta Assembléia só será soberana se for convocada e garantida por um governo de coligação democrática formado pelas forças sociais, políticas e militares interessadas em garantir sua livre deliberação. Dizem que nenhuma Assembléia Constituinte será livremente eleita se este governo de transição não anistiar a todos os presos, cassados, exilados e perseguidos por motivos políticos e não promover efetivamente as Liberdades Democráticas, como liberdade de organização e manifestação e a criação de novos partidos que representem os interesses dos setores populares. Para estes setores a Constituinte deve representar realmente o fim de um período histórico e o início de outro em nosso país.

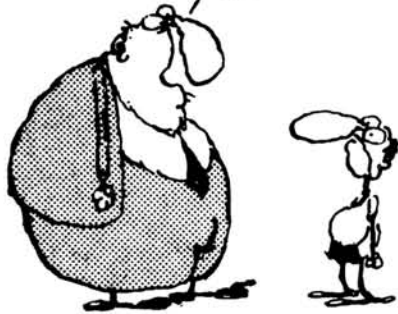
### A CONSTITUINTE E A OPOSIÇÃO POPULAR

Durante o debate que se trava sobre a conveniência de se lutar hoje por uma Assembléia Constituinte, debate que ainda não se desenvolveu o suficiente em nossa escola, têm surgido algumas dúvidas que seria interessante discutir.

Algumas pessoas têm levantado a questão de que as eleições para a Assembléia Constituinte, assim como quaisquer eleições, não resolvem e nunca resolveram os graves problemas e as contradições de cada período histórico.

Este tipo de raciocínio parte certamente de premissas corretas. Se observarmos com atenção os fatores históricos, veremos que as grandes transformações sociais, econômicas e políticas não se deram através das eleições, mas sim pela mobilização ampla e organizada dos setores sociais interessados em romper com uma ordem política ultrapassada e instalar um novo estado de coisas. Assim foram, por exemplo, a Revolução Francesa, a Revolução Americana e a conquista da indepen-

PORQUE O NATAL É COMEMORADO NO DIA 25?!  
 OPA, PORQUE FOI NESTE DIA QUE NASCEU O TODO-PODEROSO



dência econômica e política pelo povo vietnamita, moçambicano e angolano, entre outros. Isto significa, por acaso, que as bandeiras políticas mais amplas, como a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, foram guardadas até o dia em que as coisas mudassem? Pelo contrário, foram exatamente a propaganda e as tarefas de educação das massas sobre estas e outras questões políticas que possibilitaram a aglutinação dos amplos setores sociais que conduziram estas e outras lutas. Uma lição pode ser tirada destes e de outros eventos históricos: não são as formas de luta em si que mobilizam o povo para participar das mesmas, mas sim os objetivos econômicos e políticos a serem alcançados e que levam os amplos setores oprimidos a assumirem formas cada vez mais consequentes de luta.

Uma outra objeção colocada é que a luta pela Assembleia Constituinte com uma ativa participação popular seria prejudicial e inócua pelo fato de atualmente o povo não estar suficientemente organizado para efetivar um projeto político próprio e independente.

Mais uma premissa correta da qual se tiram conclusões errôneas. Se é verdade que os setores populares estão ainda bastante desorganizados para concretizar um projeto próprio, é mais verdade ainda que não é apenas travando lutas reivindicatórias específicas que os setores populares se organizarão. Fica demonstrado a cada luta que travam estudantes, trabalhadores e outros setores oprimidos que, se não ligarmos as questões específicas à resolução dos problemas políticos mais gerais, não estaremos contribuindo para resolver os próprios problemas específicos, como ficou sobejamente demonstrado em todas as lutas que travamos na FMUSP

por melhores condições de ensino. É participando ativamente do processo político, avançando no nosso grau de organização e consciência que podemos mobilizar amplos setores populares para a resolução ativa de seus problemas e das contradições que vivem. Neste sentido, coloca-se atualmente para todos que lutam pela transformação da sociedade a seguinte questão: que tipo de estruturação política da sociedade deve ser feita para que se resolvam as questões econômicas que entravam o progresso social dos trabalhadores e do restante do povo? Apesar de esta questão não estar resolvida ainda na prática, de uma coisa temos certeza: apenas com a participação ativa dos setores mais marginalizados da população pode-se hoje reestruturar a sociedade para democratizar a posse da terra em nosso país, para por fim à dependência de nossa economia dos capitais e mercado exter-

AQUELE QUE REINA ACIMA DO BEM E DO MAL!



no, para por fim à super-exploração dos trabalhadores, enfim, para atuar objetivamente na resolução dos problemas que fazem cair as condições de vida dos brasileiros, partindo para a construção de uma sociedade baseada no planejamento econômico que vise à elevação do nível de vida da maioria da população, na propriedade coletiva e no fim da exploração do homem pelo homem.

QUE É SENHOR DE NOSSAS VIDAS. DO NOSSO DESTINO..



JÁ SEI! ENTÃO FOI NO DIA 25 DE DEZEMBRO QUE EDITARAM O AI-5?



# NÃO

Tem esta análise o papel de levantar pontos que venham esclarecer para a faculdade porque alguns grupos de estudantes atualmente colocam-se contra a luta por uma Assembléia Constituinte, sem que isto significa abster-se de atuações concretas a nível do próprio ME.

Para isso é necessário comentar alguns fatos políticos e econômicos que marcam o regime brasileiro.

O Capitalismo brasileiro apresenta-se bem desenvolvido atualmente, cumprindo um papel dentro do Capitalismo imperialista, que significa o investimento de capital estrangeiro e meios de produção com retorno dos lucros para o exterior, impetrado pelas multinacionais

Este tipo de capitalismo se fortaleceu no Brasil com o golpe militar de 64 que, sabe-se hoje, teve participação ativa da CIA e garantiu, através do controle social, a dominação da economia brasileira pelo estrangeiro.

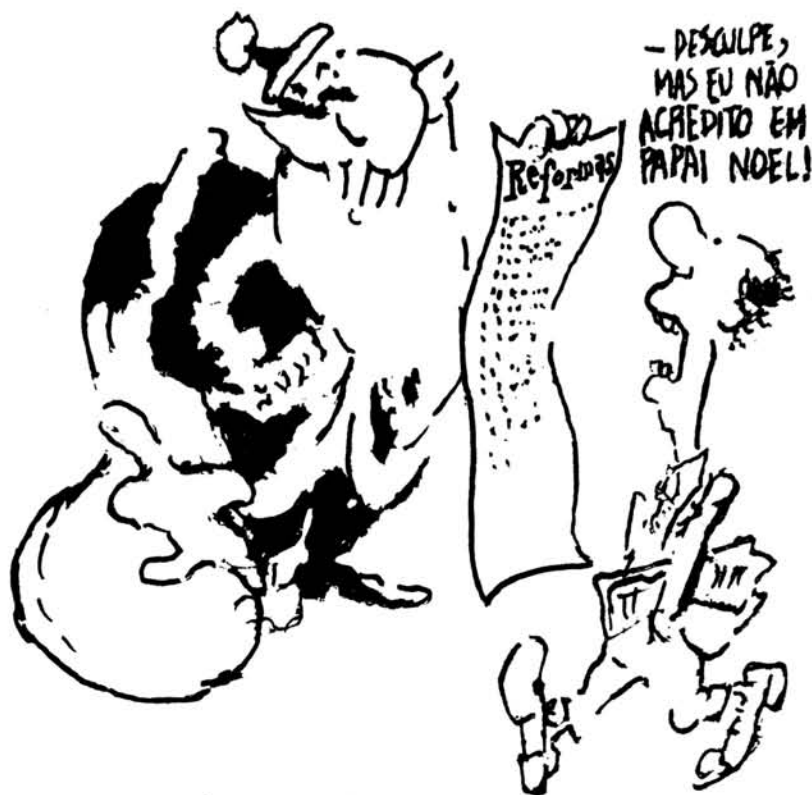
Este modelo de capitalismo, o Imperialista, pelas suas próprias características incorpora dois períodos. Um de ascensão motivado pelo investimento estrangeiro, que no Brasil se chamou "Milagre Econômico" e outro de crise, ou de decadência, sendo que o Milagre Econômico e o início da crise ocorreram no Governo Médici

Embora a fase de crise tivesse fatores postergantes garantidos pelo Estado Político Totalitário (política salarial, policiamento, etc.) esta sofreu influências da crise do capitalismo Mundial que já se deparava com o esgotamento das fontes de lucro e a crescente resistência à dominação levado a cabo por alguns povos.

O resultado disso é que hoje somos uma fonte que está incapacitada, pelo menos a níveis suportáveis a garantir o investimento externo em harmonia com os setores nacionais da economia. Daí o crescente alijamento da burguesia nacional dos lucros e decisões políticas, alijamento este necessário para manter os interesses do sistema de dominação do capitalismo imperialista

Neste momento vemos um Estado dividido e pendente entre seu caráter nacionalista, necessário mas não suficiente para garantir sua legitimação, e seu papel de guardião do capital, que no momento é controlado pelas multinacionais.

O Empresariado Nacional, portanto, se alia com setores da oposição burguesa (Igreja, intelectuais, etc.) pedindo liberdades democráticas e, conseqüentemente, Constituinte, como reflexo tático imediato da primeira; a qual apresenta um caráter duvidoso, pois é óbvio que nunca houve pretensão por parte do empresariado nacional de abrir mão da super exploração com garantias policiais. O que se pretende é apenas incentivar o caráter



nacionalista do Estado num contexto democrático que poderemos chamar "Democrata" que visa o acordo entre empresário Nacional e Estado. Como disse recentemente um líder empresarial: "A participação do empresariado nas decisões do Governo é o ponto crítico do relacionamento entre poder público e empresariado. o que desejamos é que decisões, por vezes fundamentais sejam tomadas com o prévio conhecimento de nossas posições"

Convém salientar ainda que a convivência dos setores econômicos nacionais é importante para garantir o governo, pois é o único suporte nacional para ele; portanto a reconciliação deverá ocorrer com ou sem Constituinte. Isto nos parece claro com os últimos acontecimentos: afastamento de Frota e tendências do programa econômico de Figueiredo.

Ressalta-se nisto tudo que a classe verdadeiramente oprimida, 70% da população brasileira, se encontra marginalizada deste processo descrito. O que não significa que ela não tenha se manifestado. A crescente oposição sindical, greves em fábricas que foram censuradas, greves de motoristas e cobradores de ônibus, entre outras manifestações vêm ocorrendo e não se assentam sobre a palavra de ordem Constituinte, o que prova que é possível a organização independente destas classes.

Em termos de propostas de Constituinte, a que mais tem sido ressaltada é a do MDB. Mas, a constituinte proposta pelo MDB está sendo levada, mesmo a nível de partido, com pouco ou nenhum questionamento sobre seu caráter, isto é, sem formar estrutura suficiente para determinar objetivos concretos a se alcançar com o Movimento. Devemos ter em mente que o MDB constitui-se de uma ampla gama de posições políticas, restando para si a alternativa de levar um movimento inteiro apoiado em amplas palavras de or-

dem, as quais teriam a função de aglutinar todas estas tendências. Isto é bem diferente de tê-las como decorrentes de uma estrutura formada por amplas e profundas discussões.

Na realidade este movimento nada trará em termos de real mudança estrutural, pois é claro que as classes trabalhadoras não têm meios na atualidade de se fazer representar nesta Constituinte, e esta jamais terá incorporada a si profundos interesses das classes trabalhadoras podendo ainda serem usadas iludidamente como massa manobrada que daria "legitimidade" e respaldo popular ao intento. Portanto é evidente que esta Constituinte se conseguida pelos atuais movimentos de vanguarda burguesa terá grande diferença daquela conquistada pelas classes trabalhadoras com um movimento próprio.

Também o Movimento Estudantil levou avante este ano a luta pela Constituinte. Vale a pena esta luta sabendo-se que o que se conseguirá será bem diferente da-

quilo que se pretendia? Acreditamos que não. O processo de aliança-los à burguesia, dirigidos por um partido confusionalista (MDB) compromete profundamente sua mobilização independente feita em cima de uma consciência de classe bem diferente da ideologia burguesa, hora dominante. Compromete também suas legítimas conquistas advindas de lutas parciais que os envolve num processo realmente libertador.

Hoje, acreditar que numa primeira fase conseguiremos a liberdade de ação para após isso entrarmos num processo de emancipação, estamos separando no tempo e no espaço dois fatores intimamente ligados em qualquer processo de substituição estrutural, além do que voltamos a desprezar novamente as correlações de forças que mantêm a sociedade.

De positivo, para as classes oprimidas, este processo nada vai ter. Porém de negativo citamos principalmente seu caráter aliviador de tensões advindas de contradições sociais.

## Diminui a participação

Perseu Abramo

### Verbas e Verbo

Em 1978, a parte que cabe ao Ministério de Educação e Cultura, dentro do orçamento federal, será a menor dos últimos quinze anos. Embora, porcentualmente, a verba do MEC seja a maior que a de outros Ministérios tomados isoladamente, constituirá cerca de metade, apenas, das verbas dos três Ministérios Militares. E, ainda, embora a verba seja, monetariamente, maior que a deste ano, esse acréscimo será coberto pela inflação real que marcou os últimos doze meses. Assim, em resumo, o Governo Federal passa a investir menos, e não mais, em Educação.

Parece ser essa, portanto, a resposta concreta que o Governo dá às volumosas reivindicações que têm sido feitas, não só por estudantes mas também por professores, em prol de mais vagas, salários docentes mais altos, melhores recursos, Educação de maior nível.

São essas, geralmente, as motivações primeiras que, numa sala de aula, num pátio de faculdade, originariamente congregam alunos em torno da necessidade de reunir-se, organizar-se, manifestar-se. À medida que o processo de reivindicação se estrutura e avança, vai contornando dificuldades e vencendo obstáculos, os estudantes vão percebendo que é necessário aprofundar a análise crítica e precisar mais os alvos de suas campanhas. É inevitável — e visivelmente compreensível — que os estudantes passem a dirigir seus ataques à tecnoburocracia que sufoca a expansão da Educação, ao sistema institucional que abriga essa tecnoburocracia, aos valores que presidem o estabelecimento das escalas de prioridades na distribuição dos recursos públicos. E então, inexoravelmente, se rebelam contra os interesses dos grupos sociais dominantes que são contemplados — e apenas eles — no sistema econômico, social e político em que aquelas distorções se tornam possíveis e constantes. Para mudar a situação, eles passam a pedir liberdades democráticas. Isto é, uma nova sociedade em que todos os grupos sociais — e não apenas um ou outro — possam exprimir suas aspirações e lutar por seus direitos e interesses. É assim que começa, é assim que se desenvolve.

Por isso, quando o Governo Federal, surdo aos reclamos de parcelas ponderáveis da sociedade, na exibição de um autoritarismo desmedido e

## do MEC no Orçamento

Participação do MEC  
no orçamento da União  
Período: 1964/1978

ANO	% S/ TOTAL	ANO	% S/ TOTAL	ANO	% S/ TOTAL
64	9,74	69	8,69	74	4,95
65	11,07	70	7,33	75	5,40
66	9,70	71	6,78	76	4,66
67	8,71	72	5,62	77	5,30
68	7,74	73	5,21	78	4,17



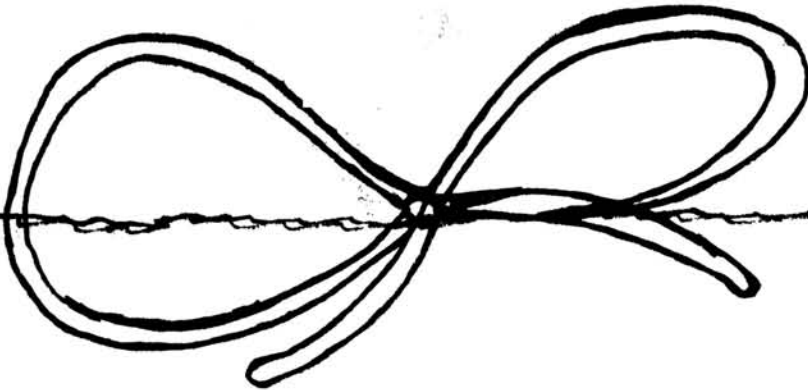
descabido, reprime as manifestações e reduz as verbas da Educação, o que se pode pensar? Que o Governo não sabe o que os governados estão pedindo? Impossível. Que o Governo sabe mas não tem capacidade técnica para atender aos reclamos ou, pelo menos, dar à sociedade uma satisfação de por que não o faz? Inconcebível. Que o próprio Governo, numa atitude extremamente ingênua ou consideravelmente maquiavélica, esteja estimulando a oposição a suas posturas? Absurdo. Que, enfim, o Governo queira esmagar a vontade de reivindicar mostrando que quanto mais se lhe pede mais ele o nega?

É provável.

Mas, se for assim, trata-se de uma estratégia perigosa. O abuso da prepotência sem dúvida faz esmaecer as esperanças de alguns, mas indubitavelmente acirra a disposição de outros. E, didaticamente, demonstra com clareza cartesiana que não se consegue uma caixa de giz numa escola se não se exercita o direito de reunir, organizar e manifestar, cada vez mais extensa e intensamente, até obter uma sociedade tão democrática em que a vontade da maioria realmente prevaleça sobre a de uma minoria, esteja esta colocada onde estiver.

Se, em 1978, as verbas para a Educação forem menores, as manifestações estudantis inevitavelmente serão maiores.





**P**or mais que se mordam,  
os políticos não logram encontrar solução  
para o fim do AI-5.  
Alegam que com ele ninguém pode!  
Quando têm imaginação criadora,  
parece que não sabem usar  
e quando sabem usar, parece que não têm.  
"Pacotão" pede vênua para sugerir,  
como especial mimo de Boas Festas, a única e  
correta forma de extinguir-se um AI-5:

## **DESATO INSTITUCIONAL Nº5**

O Presidente da República,  
no uso das atribuições que  
lhe confere o Ato Institucio-  
nal Nº 5, decreta:

Artigo Único - Fica extinto  
o Ato Institucional Nº 5.

# Teste do aperfeiçoamento democrático

## TESTE 1

**Situação:** O Ministro vem a público para provar que o salário é causa de inflação, e diz: "Não vamos iludir os trabalhadores com altos salários" Você raciocina: os salários reais dos trabalhadores vêm caindo há quase (8) quinze anos; ao mesmo tempo, os preços não param de subir; se o salário fosse causa de inflação, a tal de inflação, neste período, não só deveria ter sido estancada, como até mesmo se tornado negativa; ou seja, os preços deveriam ter caído juntamente com os salários.

**Pergunta:** Seu raciocínio corresponde

- A lógica elementar;
- A doutrina do Distributivismo Prematuro;
- Ao da escola de Chicago
- Ao da Universidade de Ciências Ocultas do Meyer

## TESTE 2

**SITUAÇÃO:** O economista afirma: "produzir para o mercado interno é uma teoria exótica; quem importa tem de exportar; exportar é a solução, é o que importa, etc, etc."

**Pergunta:** Que raciocínio é este:

- De um economista que acha que o whisky Irlandês não é um supérfluo;
- Um teoria exótica;
- Uma ideologia importada.
- De quem está pouco se importando;

## TESTE 3

**Situação:** A produção de feijão do Brasil está estacionária em torno de 2 milhões de toneladas por ano há quase uma década. A produção de soja, ao contrário, subiu de 1,5 milhão de toneladas em 1970 para 12,5 milhões em 1977. O brasileiro é o povo que mais gosta de feijão no mundo e, do que se sabe, a nossa soja vai alimentar no exterior os cavalos, os bois e os porcos.

**Pergunta:** Você conclui daí que:

- Nosso modelo econômico é uma porcaria;
- Quem não gosta do nosso modelo exportador, não ama os animais;
- O bom modelo não é para quem o faz, mas sim para quem o come;
- Gosto não se discute.

## TESTE 4

**Situação:** A dívida externa do Brasil está em 30 bilhões de dólares; cresceu 1.000 por cento em dez anos. Só de juros está pagando mais de 300 cruzeiros cada um dos 110 milhões de brasileiros todo ano. Os bancos estrangeiros têm seus lucros cada vez mais concentrados no exterior; o Brasil é a maior fonte individual de lucros de um dos dois maiores bancos americanos, o Citi-corp; e lhe pagamos a maior taxa de juros de todos os países.

**Pergunta:** Qual é a sua conclusão:

- O imperialismo americano cada vez mais irá apelar para métodos humanitários e democráticos;
- A poupança externa é indispensável para o nosso desenvolvimento;
- A política do Carter é verdadeiramente um colosso;
- A (nossa) poupança interna é indispensável para o desenvolvimento (deles).

## TESTE 5

**Situação:** O coronel Toledo Camargo, da Assessoria de Relações Públicas do governo, diz que o povo brasileiro não está sociologicamente preparado para a democracia. O senador Petrônio Portella diz que a Convenção Nacional da Arena, o partido do governo, não vai mais eleger o Presidente da República, porque esta é "uma tarefa revolucionária".

**Pergunta:** Você conclui daí que:

- A Arena não está preparada para a democracia;
- O povo brasileiro não está preparado para a Arena;
- O senador Portella devia convidar o cel. Camargo para um diálogo;
- A democracia não está preparada nem para o senador Portella, nem para o cel. Camargo.

## TESTE 6

**Situação:** O presidente da República tem mil conhecimentos, mil serviços de informação, centenas de assessores como o Ministro Simonsen, que sabe matemáticas superiores e canta óperas. Já o povo brasileiro é em boa parte analfabeto e predominantemente despreparado; não sabe votar e se deixa enganar facilmente pelos demagogos e subversivos.

**Pergunta:** A esta teoria dá-se o nome de:

- Teoria da relatividade;
- Teoria do demos (povo, em grego) "monstruoso e volúvel";
- Teoria da Democracia Relativa;
- Besteira.

## TESTE 7

**Situação:** O senador Eurico Resende, líder do governo na Câmara, define percentual democrático como algo do tipo "o quociente da soma do número atual de prisões mais aplicações do AI-5 e do 477, pela soma das prisões e aplicações do AI-5 e 477 possíveis atualmente, multiplicado por 100%".

$$\% \text{ democrático} = \frac{(\text{AI-5} + 477 + \text{Prisões}) \text{ Atuais} \times 100\%}{(\text{AI-5} + 477 + \text{Prisões}) \text{ Possíveis}}$$

**Pergunta:** Daí você faz as contas do que existe e do que poderia existir e conclui que:

- O senador Resende um dia vai receber tudo isso de volta, com juros;
- Em terra de banqueiros, um percentual democrático de 8% já basta;
- Bem que Marx dizia que a democracia capitalista não ia dar certo;
- Estes brasileiros um dia ainda vão querer pleitear uma reposição democrática.

*ALGUMAS destas perguntas poderão cair NO EXAME de Suficiência para a Residência no H.C. As Respostas serão analisadas pelo Prof. Sebastião e devidamente encaminhadas.*

# S I N D I C A T O

Entendemos por sindicato, uma entidade que tem por finalidade representar os interesses, anseios e aspirações de um setor de pessoas envolvidas no trabalho, procurando dialéticamente influenciar os mesmos e que, para tal, congrega e organiza para a luta, seus associados.

O movimento sindical no Brasil teve início no começo do século oriundo de um movimento anarco-sindicalista, de origem predominantemente européia, fruto dos imigrantes, principalmente italianos, vindos para o Brasil e que começaram a trabalhar nas primeiras indústrias, comércio e serviços implantados. A corrente anarco-sindicalista propunha para a resolução dos problemas da classe trabalhadora um processo de mobilizações e luta política, que tinham por fim último criar uma sociedade igualitária, sem governo e sem Estado.

Destes movimentos é que surgiram as primeiras associações sindicais e partidos políticos que encaminharam, de forma mais organizada e conseqüente, a luta dos trabalhadores. Nesta primeira fase, décadas de 10 e 20, ocorreram grandes greves em centros urbanos, tais como:

- Em 1901 houve a greve das Fabricas Diodato Leume, em São Paulo. Os operários exigiam como nas demais fábricas, que os pagamentos fossem feitos nos dias 1º e 16 de cada mes. A Liga de Resistência entre chapeleiros e anexos auxiliou muito esse movimento grevista. Em outubro de 1901, houve greve dos trabalhadores em pedreiras, no Rio, para diminuição das horas de trabalho. A vitória foi completa, reduzindo de doze para dez horas diárias.

- Em 1903, greve de vinte e cinco mil cocheiros e carroceiros no Rio. Paralisou tudo. Ainda em 1903, convocados pela sua Federação, os textéis cariocas fizeram grande greve. Iniciaram-na 25 mil operários, mas em poucas horas o número de grevistas subiu para 40 mil. A greve saiu vitoriosa, reduzindo para nove e meia as horas de trabalho diário. Em 1-5-1903 houve grande desfile comemorativo, no qual participaram doze mil trabalhadores.

- Em 1905 irrompeu a greve dos ferroviários da Companhia Paulista, que exigiram aumento de salário. No Rio, os empregados das companhias de bondes entraram em greve, sendo assaltado pela polícia o Centro dos Empregados em Ferrovias.

- Em 1907 houve, em São Paulo, a greve dos pedreiros que exigiram e conseguiram oito horas de trabalho diário. Foi a primeira corporação no Brasil a usufruir desta conquista do proletariado mundial. O movimento foi deflagrado oito dias depois da fundação da União dos Trabalhadores em Pedreiras.

- Ainda em 1907 os gráficos, animados por esses resultados, fizeram greve com a mesma finalidade, obtendo resultados em 3 tipografias; em 5 outras a jornada ficou em oito horas e meia. Durante a greve a União do Gráficos foi invadida e depredada pela polícia.

Assim poderíamos citar uma centena de greves que surgiram nesta época, todas elas brutalmente reprimidas pelo estado ou governantes da época. No entanto várias delas obtiveram sucesso e marcaram época e início do movimento dos trabalhadores no Brasil. Assim a luta pela diminuição de Jornada de trabalho, Regulamentação do Trabalho da Mulher, direito de greve, proibição do trabalho de crianças nas fábricas, etc. foram bandeiras de luta levantadas nestes anos.

As classes dominantes, na época, procurando sempre, através do Estado ou diretamente através de dispensas, conter o movimento sindical e político que surgiram neste começo de século, como aliás o fazem e melhor, até os dias de hoje.

Com a Revolução de 30, a subida de Getúlio apoiado por setores industriais e comerciais, teve início, a partir principalmente de 34, uma nova fase do Sindicalismo Brasileiro. Nos anos 30 registra-se um aumento bastante grande das associações sindicais no Brasil e continuamente vinham crescendo os movimentos reivindicatórios e políticos. Em 34 elabora-se a Constituição do Brasil e uma série de Leis de cunho autoritário, que foram aperfeiçoadas na Constituição de 37 elaborada por Francisco Campos. Esta, de inspiração no Governo Italiano e, juntamente, leis que definem o direito dos trabalhadores, baseadas na carta "del" adotadas por Mussolini na Itália.

Em 1º de maio de 43 foi elaborada a Consolidação das Leis do Trabalho- CLT que refletia o papel assumido pelo Estado pós-30, regulando e mediando as disputas sociais. Os sindicatos passaram a ser vinculados ao Ministério do Trabalho, para onde foram transferidas as resoluções das questões trabalhistas. Antes, bem como em outros países, os sindicatos eram independentes do Estado e negociavam "livremente", sem imposições de leis, com os patrões, o que foi ceifado no governo de Getúlio onde o Estado passou a determinar as regras da negociação, estabelecendo o máximo de aumento permitido, os direitos e deveres, etc. e instituiu o contrato individual do trabalho, ou seja, a empresa contrata individualmente o trabalhador sem entendimento com os sindicatos, o que leva a inúmeras desvantagens, na medida que o trabalhador para poder viver, se submete às leis dos patrões que vão contra os seus interesses e não tem a chance de se opor às mesmas, como no contrato coletivo onde o sindicato é que negocia a contratação dos trabalhadores daquela categoria.

Desta forma, a vinculação dos Sindicatos ao Estado diminuiu bastante e segundo alguns autores foi efetivada para evitar e conter o avanço e organização dos trabalhadores, embora ou tras correntes afirmarem na existência de correntes sindicalistas, economicistas, dentro da classe trabalhadora que tivessem tendências a associar-se ao Estado, ou seja a buscar proteção no Estado para suas lutas, o que determinou ou facilitou a intervenção do Estado nos Sindicatos. A nosso ver as duas hipóteses não são excludentes, mas a mais importante é a primeira, intervenção do Estado autoritário de conter os avanços dos movimentos dos trabalhadores.

De lá para cá poucas alterações houveram na legislação e poucas também foram as tentativas dos trabalhadores, com excessão dos anos 45-47, de desvincular os sindicatos do estado. No período pré 64, com a existência das mesmas leis, houve um certo reflorescimento do movimento sindical e a eliminação dos chamados pelegos sindicais, empossados no sindicato durante Estado Novo (37-45) No entanto não havia nesta época um movimento de independência sindical.

Com o golpe de 64 iniciou-se uma política de brutal repressão às lideranças sindicais e à classe trabalhadora, com prisões, cassações, mortes, intervenções e sindicatos e acionamento, bem como modificações, de leis como abolição do direito de greve e de parte da estrutura e do corpo de Leis trabalhistas.

É importante deixar claro, que os mecanismos básicos de controle dos sindicatos já existiam desde os anos 30 e os mesmos, que deixaram ou foram pouco utilizados no período do governo Goulart, passaram a ser exercidos após 64. Fora isto, foi abolido o direito de greve com exceção dos casos de atraso salarial e com permissão do Ministério do Trabalho, além das prisões e repressões policiais diretas.

No momento atual, vemos um reflorescimento das atividades e mobilizações sindicais, embora restritos aos grandes centros, e assim mesmo, a uns poucos sindicatos. No entanto, já é levantada pelas bases sindicais a necessidade da autonomia e liberdade sindical, sua desvinculação com o Estado, única forma viável de exercer um real papel de defensor das categorias.

Conforme atestam alguns líderes sindicais e teóricos do assunto, esta luta a ser travada hoje, representa uma das mais importantes conquistas a ser efetivada, juntamente com a revogação da CLT e outros dispositivos que cerceiam a liberdade de organização.

No entanto, é necessário entendermos que autonomia e sindicato livre e independente não nasceram por decretos ou em cima de propostas e de reuniões das lideranças, como querem alguns. Decretar ou querer transformar ou criar sindicatos livres, no atual momento, é fruto de uma concepção idealista da história, que em última instância serve aos interesses dos inimigos dos trabalhadores.

Temos que analisar a sociedade com uma metodologia científica e interpretar a realidade e fatos sociais, que são regidos por leis também científicas e estudadas. O que vai determinar se os sindicatos serão livres, que é o que todos queremos e porque lutamos, não serão as nossas cabeças, idéias e vontades, mas um movimento real, concreto, enfim, mobilizações e lutas, que farão com que ao conjunto dos trabalhadores fique clara a necessidade de se libertarem das amarras da atual estrutura sindical, e aí sim, existirão condições objetivas e subjetivas do efetivo sindicalismo livre e independente deste Estado.

Afora essas colocações mais gerais, que reconhecemos, precisam ser melhor estudadas e melhor discutidas, achamos importante que todos os alunos da Escola, futuros profissionais, comecem a se interessar pelo assunto e sintam a necessidade de participarem e se vincularem ao seu sindicato, uma vez formados.

Todos nós sabemos que é crescente o processo de assalariamento dos médicos, e que a medicina liberal, de consultório, defendida pelo dr. Pedro Kassab, Lacaz e outros, representa hoje, uma parcela pequena da prática existente. Os nove mil médicos que se formam por ano são obrigados a vender sua força de trabalho, e a se assalariarem, o que é historicamente inevitável na nossa sociedade.

Os grandes empregadores, os patrões, são os grupos médicos tipo SAMCIL, INTERCLINICAS, AMICO e outros, além do INPS, que remuneram mal os médicos e obtêm fabulosos lucros com suas empresas de doentes.

Esta condição de crescente assalariamento coloca uma perspectiva e necessidade de nos associarmos junto ao sindicato e lutarmos pela defesa de nossos interesses, como melhores salários, férias, 13º salário, um máximo de 8 horas de trabalho, etc., bem como defender uma prática médica que favoreça a população brasileira, ou seja, que atenda às necessidades de saúde de um povo, e a preserve. É talvez, a única forma viável, no momento, de unificar grande número de médicos constitui-se na organização sindical, que embora vinculada ao Estado, possibilita um início de organização da "classe" na defesa de seus interesses.

Até hoje, nosso sindicato encontra-se nas mãos dos pelegos ou patrões, sendo que elementos da diretoria pertencem e são donos de grupos médicos, e portanto, não têm defendido os interesses da categoria e muito menos os do povo de nosso país. Nesse sentido, em 76 iniciou-se um movimento de oposição sindical, que está em processo de luta pela conquista do sindicato, com o objetivo de ampliar a participação de todos tornando-o um órgão atuante, forte, reivindicativo e político, em defesa dos médicos assalariados e da saúde de toda a população.

Assim, aos formandos deste ano e demais, torna-se fundamental a vinculação ao sindicato, associando-se, o que deixamos claro, não é apenas pagar o imposto sindical, mas sim, contribuir e filiar-se diretamente ao sindicato.

# CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS MÉDICAS

Nos dias 9, 10 e 11 de novembro realizou-se em Belém do Pará o XV Congresso da ABEM.

A ABEM, órgão criado há mais de 15 anos, tem por finalidade discutir as questões relacionadas com o ensino médico, procurando fazer sugestões e críticas aos conceitos existentes. É formada por dois tipos de associados:

- Instituições médicas, como Faculdades de Medicina.

- Sócios individuais que podem ser estudantes de Medicina, médicos, professores e demais interessados na problemática da saúde e ensino médico.

Anualmente é realizado o seu Congresso, alternando-se as diversas regiões do país para a sua sede, e dele participam, com direito a voto, os seus associados e com direito a voz os demais interessados.

Cada Faculdade de Medicina, associada, envia como seus representantes para o Congresso dois professores e um aluno, com as despesas custeadas pela faculdade.

Os temas discutidos neste ano, em Belém, foram: Ensino nas Disciplinas Básicas na Área de Saúde Face à Reforma Universitária, O Ensino em Clínica Médica e A Realidade da Matrícula por Disciplinas nas Escolas Médicas.

Julgando importante a participação do CAOC neste Congresso, pleiteamos junto à direção da Faculdade verbas para o transporte e estada de um representante discente, bem como a indicação e credenciamento do mesmo, conforme disposição estatutária (o aluno deve ser indicado pela Diretoria das Escolas Médicas). À nossa reivindicação o prof. Lacaz argumentou que não poderia atender devido à falta de verbas, sendo impossível portanto o custeio da viagem para o aluno e professores da FMUSP.

Dada a importância do Congresso e ao fato de que aconteceria concomitantemente à primeira reunião de delegados para o X ECEM, resolvemos participar da ABEM e da reunião de delegados.

Ao chegarmos no Congresso ficamos sabendo que, contrariamente a 75 escolas médicas do Brasil, a FMUSP não havia pago a taxa anual, como Faculdade, da ABEM, o que nos impediu, bem como aos professores, de exercer

o direito de voto no Congresso. Este fato demonstra bem o interesse e prioridade que a Diretoria dá às discussões sobre Ensino Médico.

Procuraremos, a seguir, fazer um breve relato sobre o tema central do ABEM: O Ensino em Clínica Médica.

Para início do problema, o Congresso e a maioria dos presentes se declararam a favor de um ensino médico que visasse a formação de generalistas.

Nas discussões ficaram evidentes -- com relato de experiências desenvolvidas em Montes Claros (MG), Carpiná Grande (PB), Rio Grande do Sul, etc. -- a necessidade do ensino em Clínica Médica ser realizado em enfermarias e ambulatórios gerais e do programa a ser desenvolvido ser organizado pelo Conselho Departamental, com a participação dos estudantes, ao invés de organização por disciplinas, como: Cardiologia, Pneumologia, Nefrologia etc.

Foi enfatizado também a importância da ampliação da carga horária de semiologia, de grande valia para o diagnóstico das patologias mais prevalentes no Brasil e que dispensa as sofisticadas de aparelhagem e exames existentes por exemplo no Hospital das Clínicas.

Outro ponto levantado foi o referente às disciplinas de Neurologia, Moléstias Infecciosas, Dermatologia e Radiologia. Sugeriu-se que estas disciplinas deveriam fazer parte do curso de Clínica Médica; não deveriam ser ministradas isoladamente na programação de um curso de Clínica Médica. Estas disciplinas deveriam ser encaradas como especialização apenas no programa de Residência Médica e Pós-graduação *sensu strictu*.

Um outro aspecto levantado foi da necessidade do período integral para os docentes, única forma de se conseguir um aprendizado mais elaborado e científico do que atualmente, onde os alunos são jogados nas clínicas e serviços.

Ao contrário do tipo de ensino ministrado no H.C., calcado nas especialidades e sub-especialidades, onde existem leitos que são ocupados somente por determinadas patologias (Hammann-Rich, valvopatia mitral, etc.),

sos teriam maior repercussão, como é o caso da SBPC,

Neste sentido a delegação de alunos presentes propôs modificações estatutárias para 78, quando do Congresso a ser realizado em Londrina.

Aquí na FMUSP, achamos importante que sejam feitas reuniões abertas, de onde partiriam propostas de temas a serem debatidos na próxima ABEM, para possibilitar e dar mais dinamicidade para esta reunião.

ficou a comparação desse tipo de ensino com um museu, ou seja, o aluno vai em tal local ver a peça, a doença. Não se vê o paciente como um todo e pouco se valoriza o diagnóstico, na medida em que o paciente já vem tratado.

Muito embora as discussões tenham sido amplas no tocante aos temas, a ABEM ainda possui uma estrutura pouco operante, pouco contribuindo para a melhoria do ensino. Embora tal não dependa somente da ABEM, se a estrutura dessa fosse mais ampla, seus Congres-

# É T I G A H. G.

Neste artigo pretendemos levantar algumas questões sobre as quais pretendemos que alunos, professores, funcionários e técnicos do HC e os próprios pacientes, reflitam e tomem uma posição.

Já é costume de nossa parte um questionamento do ensino no HC, já denunciámos inúmeras vezes a falta de assistência didática, a camelação, as perdas de tempo, a necessidade de mudança dos estágios, mas até o momento pouco fomos ouvidos. Esta luta continua e deve ser encaminhada de forma mais organizada pelo CAOC em 78. O que levantamos aqui são questões referentes ao atendimento médico prestado aos pacientes e à influência que este exerce na formação médica.

Em primeiro lugar, denunciámos a frieza e menosprezo com que são tratados os pacientes; nunca procurá-se tratar o paciente como um todo e entender sua situação social, econômica e política. Assim o nome "TIGRE", utilizado para pacientes pobres, sem escolaridade, generalizou-se entre médicos e internos.

Em segundo lugar, o excesso de especialização do hospital e a falta de um serviço de ambulatório geral (o que não vai acontecer no novo Instituto dos Ambulatórios), faz com que o paciente que vem ao HC, portador certamente de mais de uma patologia, fique andando de andar em andar, atrás de cada especialista e marcando consultas para daqui a 3, 4, 6 meses e até 1 ano depois.

Em terceiro lugar, a utilização dos pacientes como cobaias. Não somos contra a utilização dos pacientes para estudo de uma doença que necessita ser descoberta sua causa e cura, ou esclarecidos pontos ainda obscuros. Mas isto só deve ser feito com o prévio consentimento dos mesmos. Atualmente não é o que ocorre em grande parte dos serviços. Em certos locais existem pessoas sendo utilizadas como controles de experiências, que ficam interna-

das 1, 2 ou até 3 meses, pensando estar realmente doentes.

Em quarto lugar denunciámos e perguntamos quem são os responsáveis pelas verdadeiras torturas médicas no HC: Curatagens feitas diariamente sem que a paciente seja anestesiada, exames ginecológicos e outros que exigem sedação do paciente serem realizados a sangue frio, comentando-se ainda que nas clínicas particulares devem ser feitos como manda o figurino.

Em quinto lugar apontamos a mentalidade existente de que os pacientes que vêm ao HC podem se submeter a maus tratamentos. Isto é notório quando se compara o que deve ser feito no consultório particular, para não perder o cliente, e o que se faz no HC.

Em sexto lugar a desorganização total do hospital, onde faltam medicamentos, materiais de curativos, roupas para cirurgia, aparelhos para insuficiência respiratória, etc.

Em último lugar, não existe uma padronização nos serviços do hospital. Exames solicitados por uma clínica, são novamente solicitados se o paciente é removido para outra clínica. As indicações terapêuticas variam sobremaneira levando à confusão no aprendizado.

Todas estas distorções e erros se refletem no aprendizado e formação médica e humanística dos estudantes. Os culpados por esta situação são os donos das clínicas, que são reflexos do regime de falta de liberdades em que vivemos, que permite a existência de abusos e absurdos como os apontados.

As pessoas democratas, interessadas em preservar a saúde e tratar qualquer pessoa independentemente de sua situação sócio-econômica e política devem resistir à esta máquina de deformar pessoas em que se transformou o HC.

# O BRASIL É FEITO POR NÓS?

Frase ouvida de um PM sentado nos bancos da Universidade de Brasília: "O Brasil é feito por nós"

\* \* \*

O Brasil é feito por nós? Muito bem. E depois de pronto? Vai ficar pra quem?

\* \* \*

Observação de um turista classe média baixa em Salvador: "O Brasil é feito por nós. Nós que não temos 16 mil cruzeiros. Quem tem vai para o estrangeiro. E faz o Brasil por correspondência"

\* \* \*

Diálogo entre duas donas-de-casa: "O Brasil é feito por nós. O feijão também. Qual dos dois devemos fazer primeiro?"

- Depende. Qual é a fila que está menor?

\* \* \*

O Brasil é feito por nós. A frase me dá a impressão de que o país é uma imensa construção civil. Civil?

\* \* \*

Um estrangeiro chegando ao país e perguntando: "Como é feito o Brasil?"

- Bem, o Brasil feito por nós é a moda da casa.

\* \* \*

Se o Brasil é feito por nós, devemos reconhecer que somos péssimos operários: a obra não anda - tá um bocado atrasada.

\* \* \*

O Brasil é feito por nós cegos.

\* \* \*

O Brasil é feito por nós. - Um empreendimento da construtora 31 de março. Feito com fino acabamento, vidro fumê, esquadrias de alumínio, piso de asfalto, dependência quase completa, ampla dívida externa, inflação na ponta, enfim um país de altíssima categoria. Venha hoje. Esta é sua última oportunidade de morar tranquilo na América

rica do Sul. Um país muito bem dividido. Localização excelente, com vista para o mar. Venha para o Brasil. Entrega pelo ano 3000.

\* \* \*

O Brasil é feito por nós? Se não me dissessem, eu não acreditaria.

\* \* \*

Frase de Juvenal Ouriço, visivelmente contrariado com o processo político do país: "Se é esse o Brasil feito por nós, eu prefiro ir morar no anexo"

\* \* \*

De uma senhora, estranhando o programa de planejamento familiar que distribuirá anticoncepcionais para a população:

- Está certo, o Brasil é feito por nós. Mas e os brasileiros? Vão ser feitos por quem?

\* \* \*

Pra vocês verem: Deus fez o mundo sozinho em seis dias. Nós somos muito mais, estamos trabalhando há 477 anos, e ainda não colocamos nem a primeira laje.

\* \* \*

Placa em cima da mesa do diretor de uma multinacional: "O Brasil é feito por nós, com a inestimável ajuda dos brasileiros"

\* \* \*

Já que o Brasil é feito por nós, por que não nos dão o direito de mexer na planta?

\* \* \*

O Brasil é feito por nós - país em fase expansão está admitindo pessoas interessadas em levá-lo pra frente. Exigimos boa conduta, obediência, ótima aparência e absoluta falta de preparo político. Favor não se apresentar quem for universitário. Vir munido de todos os documentos. Dispensa-se apenas o título de eleitor.

\* \* \*

Conversa entre dois moradores nos mocambos de Recife:

- O Brasil é feito por nós, sabia?

- Sabia. E eu estou louco para acabar de fazê-lo.

- Pra quê?

- Pra receber o "habite-se"

\* \* \*

Já que o Brasil é feito por nós, por que não vem a nós o vosso reino?

\* \* \*

O Brasil que é feito por nós tem uma grande vantagem sobre os outros países: é feito na hora.

\* \* \*

Pergunta de um repórter ao senhor Reitor da Universidade de Brasília: "O Brasil é feito por nós?"

- Claro.

- Todos nós?

- Todos Todos, menos os 30 que eu expulsei.

\* \* \*

Sugestão de uma autoridade quando se discutia qual a frase que deveria ser usada: "O Brasil é feito, perfeito, no peito, por nós"

\* \* \*

O Brasil é feito por nós. Bem feito! Bem feito! Bem feito! Uuuu.

\* \* \*

Pergunta feita ao telefone por um cidadão bem estabelecido a uma autoridade, logo após saber que o Brasil é feito por nós:

- Escuta. Eu também tô aí nessa boca?

\* \* \*

Creio que está justa a divisão: o Brasil é feito por nós. Agora, o Presidente, os governadores, a Constituição, reformas, cassações, recessos e pacotes são feitos por eles.

\* \* \*

- Filho, o Brasil é feito por nós

- Pai, não dava pra fazer outro?

\* \* \*

Correção: na frase "O Brasil é feito por nós", onde está escrito por nós, por favor leia-se "eles"

\* \* \*

Pergunta de um dos estudantes expulsos ao senhor Reitor da Universidade de Brasília: "Mas o Brasil não é feito por nós?"

- Não. O Brasil é feito por nós.

\* \* \*

Os arenistas disseram: "O Brasil é feito por nós" Os emedebistas perguntaram: "E por nós também?"

\* \* \*

- Não. Vocês, não. Pelo amor de Deus. Vocês não entendem nada de Brasil. Nem encostem a mão. Vocês vão fazer tudo errado.

- Mas nós gostaríamos de fazer alguma coisa.

- Ótimo. Então por que não vão fazer o Paraguai?

\* \* \*

Ao anunciar que o Brasil é feito por nós, não seria aconselhável, antes, esclarecer quem é nós?

\* \* \*

Sócrates perguntaria: "Eu sou nós?"

\* \* \*

Os líderes da Arena dividiam as turmas: "O Brasil é feito por nós, portanto, quem for nós passa pro lado de cá, quem for eles, do lado de lá".

- E agora? - disse um. - Não é melhor dizer que o Brasil é feito por eles?

- Não. Deixa assim mesmo: feito por nós Assim, quando acabar, sobra mais pra gente.

\* \* \*

De uma conversa entre autoridades: "O Brasil é feito por nós."

- Nós quem?

- Nós, ora. Eu, você, ele e ele.

\* \* \*

Retirado do Jornal do Brasil